

Superior Tribunal de Justiça

Relatório de Atividades 2006



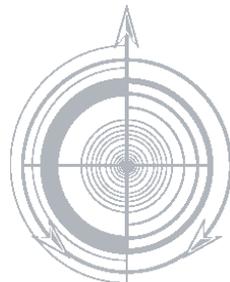
Texto apresentado na Sessão da Corte Especial
de abertura do semestre forense,
em 1º de fevereiro de 2007.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Relatório de Atividades - 2006

Ministro **BARROS MONTEIRO**

Secretaria do Tribunal/STJ
Brasília – DF
Fevereiro/2007



Superior Tribunal de Justiça
(Composição)

Raphael de BARROS MONTEIRO Filho - Presidente
ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO (CNJ)
NILSON Vital NAVES
FRANCISCO PEÇANHA MARTINS - Vice-Presidente
HUMBERTO GOMES DE BARROS (Diretor da Revista)
Francisco CESAR ASFOR ROCHA
ARI PARGENDLER
JOSÉ Augusto DELGADO
FERNANDO GONÇALVES (CGJF)
CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO
FELIX FISCHER
ALDIR Guimarães PASSARINHO JUNIOR
GILSON Langaro DIPP
HAMILTON CARVALHIDO
JORGE Tadeo Flaquer SCARTEZZINI
ELIANA CALMON Alves
PAULO Benjamin Fragoso GALLOTTI
FRANCISCO Cândido de Melo FALCÃO Neto
Fátima NANCY ANDRIGHI
Sebastião de Oliveira CASTRO FILHO
LAURITA Hilário VAZ
PAULO Geraldo de Oliveira MEDINA
LUIZ FUX
JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
TEORI ALBINO ZAVASCKI
José de CASTRO MEIRA
DENISE Martins ARRUDA
HÉLIO QUAGLIA BARBOSA
ARNALDO ESTEVES LIMA
MASSAMI UYEDA
HUMBERTO EUSTÁQUIO Soares MARTINS
MARIA THEREZA Rocha DE ASSIS MOURA
Antônio HERMAN de Vasconcellos e BENJAMIN

Diretor-Geral
Miguel Augusto Fonseca de Campos

Secretária-Geral da Presidência
Ana Luisa de Medeiros Ribeiro Dornelles

Assessor-Chefe de Gestão Estratégica
Ivan Gomes Bonifácio



Ao assumir a presidência do STJ, considerei que nossa administração deveria ter seus pilares fundados na construção de novos paradigmas, na transparência, no foco em resultados e na satisfação dos servidores e jurisdicionados. Encerrado o primeiro ano forense desta gestão, fico satisfeito em apresentar os vários avanços que conquistamos.

Incumbe-me ressaltar que esses resultados vêm de um esforço coletivo, provando que Ministros e servidores do STJ estão cada vez mais comprometidos com a prestação de uma justiça rápida, acessível e efetiva. Parabênizo a todos pelo empenho, confiante de que em 2007 continuaremos firmes na busca pelo aprimoramento do Tribunal e do judiciário brasileiro.

Ministro **Barros Monteiro**
Presidente





RESULTADOS

Atividade Judicante

Como é de conhecimento público, o Superior Tribunal de Justiça – STJ tem recebido a cada ano um número crescente de feitos para apreciação. Em 2006, a tendência confirmou-se mais uma vez, apresentando uma demanda 25% superior em relação a 2005. Isso significa uma média de 1.050 processos por dia chegando a esta Corte. Mesmo com esse número expressivo, a área de protocolo encontra-se atualizada, conseguindo registrar os processos e encaminhá-los para autuação em até 24 horas.

O STJ tem-se empenhado para aumentar o número de julgados. Comparada à média dos últimos cinco anos, a produção teve um acréscimo de 19,2%, o que equivale a uma média de mais de 9.500 feitos por Ministro, a significar que quase foram iguados os julgados de 2005, mesmo com quatro Ministros a menos durante o 1º semestre. Foram distribuídos 251.020 processos, ou seja, um incremento de 18,8% em cotejo com o ano anterior.

Tais dados seriam menos expressivos, se não se buscasse com igual vigor a celeridade processual. Subiu de 70% para 80% o percentual de recursos baixados à origem, nos últimos doze meses, em menos de 180 dias. Além disso, só em 2006, o prazo médio de tramitação das principais classes de feitos originários caiu de 185 para 118 dias.



Algumas medidas propiciaram a obtenção desses resultados.

Com o escopo de aprimorar o desempenho da área judicante, deu-se primazia ao Catálogo de Questões Jurídicas, projeto estratégico que permite vincular determinada matéria jurídica a decisões similares, na hipótese de jurisprudência já pacificada, fazendo com que os julgamentos se operem de modo mais rápido e consistente. A Modernização dos Julgamentos é outro projeto voltado à agilização das deliberações colegiadas, por meio da melhoria da estrutura e dos procedimentos afins, assim como da funcionalidade do sistema, desde a inclusão do feito em pauta até a publicação do acórdão. Aprovado pelo plenário em 2006, o projeto de simplificação do trâmite da admissibilidade do agravo de instrumento, com a participação do Gabinete da Presidência, já se inicia em fevereiro de 2007.

Neste ano, o Tribunal firmou parceria com entidade especializada em gestão, a fim de implementar o projeto de Otimização do Trâmite Processual. Esse trabalho visa a incrementar o modelo de mensuração de desempenho dos macroprocessos críticos do julgamento, bem como a viabilizar o mapeamento e o redesenho da estrutura, com a finalidade de apurar as melhores práticas em cada segmento. O mesmo procedimento está sendo aplicado na área de tecnologia da informação, para emprestar o melhor apoio possível ao julgamento dos feitos.

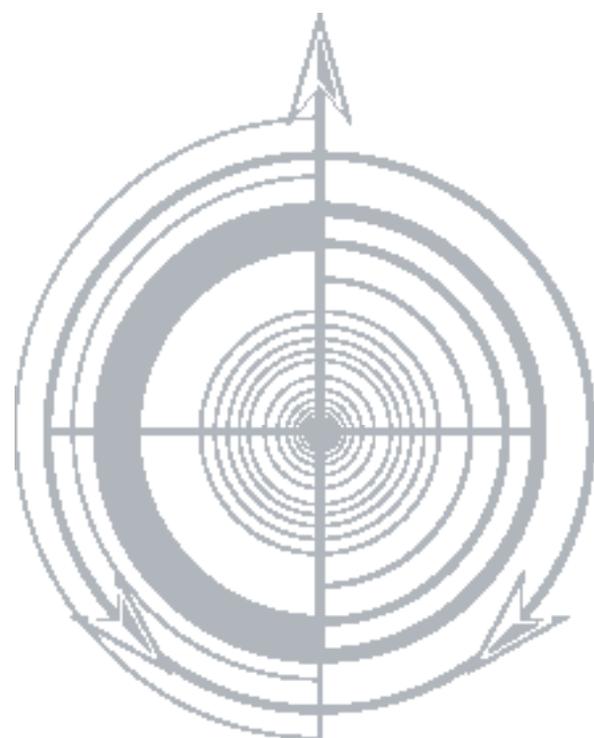
A Secretaria de Jurisprudência realizou a triagem e classificação de 53.917 documentos; procedeu à análise e indexação de outros 24.761, além de atender a mais de 15.000 pedidos de pesquisa. Encontram-se em fase de implementação os projetos Jurisprudência nos Estados, cujo intuito é divulgar ainda mais a diretriz jurisprudencial ditada por esta Corte e capacitar



os usuários externos na pesquisa avançada, e Jurisprudência Comparada, que seleciona temas nos quais ocorre o dissenso interpretativo, de modo a cooperar na missão institucional de uniformizar a interpretação das normas infraconstitucionais.

Promoveu-se, de outra parte, intensa articulação parlamentar em prol da ultimação da denominada Reforma do Judiciário e, ainda, na defesa da simplificação e celeridade processuais.

Ademais, contribuindo para o debate jurídico e para o fortalecimento do Poder Judiciário, o Superior Tribunal de Justiça, na qualidade de Secretaria “pro tempore”, para a qual fora eleito, presidiu, em novembro, na Isla Margarita, Venezuela, a 1ª Reunião Preparatória da XIV Cúpula Judicial Ibero-Americana, a realizar-se em 2008 nesta Casa.



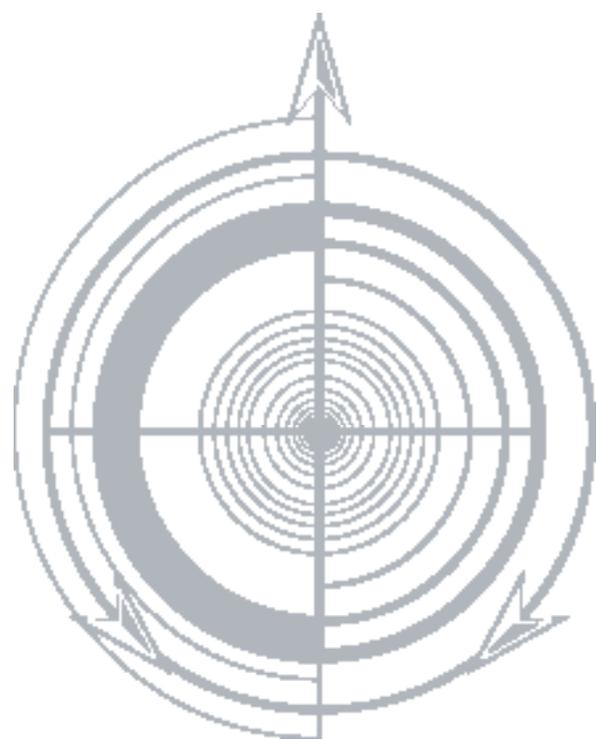


Gestão Orçamentária

No âmbito da gestão de recursos, o Tribunal destaca-se não só por sua responsabilidade ao cumprir o planejamento orçamentário, mas também pela eficiência na aplicação do dinheiro público. A preocupação constante com a economicidade revela-se na meta de renovação dos contratos que, nos últimos dois anos, representa uma economia de mais de R\$ 700.000,00 e, ainda, no crescente uso do pregão eletrônico, à procura de condições e preços mais favoráveis oferecidos pelos fornecedores.

Como consequência, o STJ apresenta o menor custo unitário do processo judicial, dado pela relação entre o orçamento realizado e o número de julgados, quando comparado com as Cortes de igual natureza. Foi iniciada em 2006, a implantação do projeto de Avaliação de Custos, a fim de viabilizar um melhor detalhamento da formação dos custos por temas e por unidades. Tal projeto possibilitará ao Tribunal avançar cada vez mais na redução das despesas.

Por outro lado, a atenção foi dirigida para a destinação dos recursos financeiros. Nesse ponto, o objetivo perseguido foi viabilizar o aumento da disponibilidade orçamentária para investimentos, resultando em ganhos de tecnologia, modernização e produtividade. Somente no exercício findo, foram reservados R\$ 7.773.060,00 para a implementação de projetos considerados estratégicos para a gestão.





Gestão de Pessoas

Com relação às pessoas, a diretriz traçada foi a de procurar subsidiar a elaboração de programas de aprendizagem que contribuíssem efetivamente para o melhor desempenho das atividades institucionais. Adotou-se novo modelo de desenvolvimento de competências, divulgado em diversos eventos realizados e colocado em prática mediante o projeto Educação Corporativa, que conta com o patrocínio de cinco Ministros para os programas da vertente “cidadania organizacional”. Com base nesse alinhamento entre o corpo funcional e as estratégias da instituição, até novembro já haviam sido realizadas 98.529 horas de treinamento, uma média de mais de 37h por servidor, ultrapassando a meta de 30h proposta. Foram ofertadas, também, 80 bolsas de pós-graduação aos servidores da Casa.

Entretanto, a preocupação com a valorização e satisfação das pessoas no STJ não se restringiu à capacitação formal. A implantação do programa Bem Estar do Servidor propiciou sugestões para a melhoria de condições de trabalho por meio de ações do Comitê de Ergonomia, do recém criado Centro de Estudos da Saúde dos Servidores, da redução dos gastos dos servidores no custeio da saúde e do projeto Promoção da Saúde, que inclui atividades como o gerenciamento do estresse. Editou-se, no final do ano, a Lei do novo Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário da União, tendo o STJ participado intensamente de sua formulação e das negociações com os Poderes Executivo e Legislativo, na busca de sua aprovação.

Essas iniciativas todas impactaram positivamente o clima organizacional, que apresenta um índice de 70% de satisfação dos servidores. Tal



segmento vem sendo monitorado por um comitê gestor específico, que se reúne mensalmente para estimular diversas ações de melhoria nos fatores de comunicação, gestão de processos, liderança, condições ambientais, relacionamento e motivação.



Modernização Tecnológica

No que tange à tecnologia da informação, o Tribunal tem investido no que há de mais moderno. A implantação da certificação digital, iniciada em 2005, agora já é uma realidade, tanto que os primeiros certificados foram emitidos para a utilização nos procedimentos licitatórios de pregão eletrônico.

Esse passo abriu as portas para outras iniciativas, como o desenvolvimento da petição eletrônica, que possibilitará a transmissão de documentos assinados digitalmente pelo advogado, com autenticidade de autoria e dispensa de posterior remessa dos originais. O Tribunal também investiu na intimação “on-line”, cujo sistema se encontra em fase final de desenvolvimento, a ser testado inicialmente mediante convênio com o Ministério Público Federal. Na perspectiva do funcionamento pleno desses aplicativos, foram iniciados os estudos para a criação do processo informatizado, agora mais prementes em face da edição da Lei n. 11.419, de 19.12.2006.

Outra providência apoiada com prioridade pela Administração é a Revista Eletrônica, que disponibiliza na internet os acórdãos proferidos pelo STJ. A publicação é válida como repositório oficial de jurisprudência e contém a íntegra dos acórdãos publicados no Diário da Justiça.

Para desenvolver tais inovações, a Secretaria de Tecnologia da Informação passou por uma reestruturação, a fim de permitir o trabalho em linha de produção. O objetivo é operar como fábrica de “software”, definindo e melhorando as especificações de tarefas e incluindo rotinas de controle de qualidade.



Ao mesmo tempo, além de preparar-se internamente para todas essas demandas tecnológicas, esta Corte igualmente despendeu esforços no sentido de promover a integração tecnológica do Poder Judiciário. A partir de um integrador de dados desenvolvido no próprio STJ, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul pode compartilhar suas bases de dados, disponibilizando diversas informações processuais, de modo a possibilitar a diminuição do retrabalho no processamento inicial, tudo em prol de uma tramitação mais simples e célere. Está em andamento a integração com os Tribunais Regionais Federais das 2ª e 4ª Regiões.

Também buscando a integração do Judiciário, cabe ressaltar a iniciativa da Secretaria de Documentação, com a ampliação e aprimoramento do Consórcio BDJur no âmbito nacional. Somente em 2006, foram firmados oito acordos de cooperação técnica com outros órgãos a fim de disseminar, preservar e facilitar o acesso ao conhecimento jurídico. Vale citar que neste ano o sistema teve um crescimento de mais de 60% do seu acervo disponibilizado e de 440% das pesquisas realizadas, ultrapassando a marca de um milhão de acessos.



Responsabilidade Socioambiental

O Tribunal demonstra fôlego para não só cumprir a sua missão institucional, como também para figurar como exemplo de organização responsável nos aspectos sociais e ambientais. Em 2006, foram implementadas várias ações nesse sentido.

O programa de escolarização supletiva, que oferece aos funcionários terceirizados a oportunidade de completar os ensinamentos fundamental e médio, beneficiou 171 pessoas. Ainda no âmbito educacional, o STJ ofertou oportunidades de estágio não-remunerado, proporcionando a 69 estudantes de Direito de todo o País a vivência prática de atividades relacionadas com sua formação profissional.

O projeto de Inclusão de Portadores de Deficiência, por sua vez, tem a finalidade de oferecer acessibilidade física, digital e social às pessoas. Foram realizadas várias obras e adaptações nas instalações, implantada a acessibilidade ao “site” do Tribunal e ministrados cursos para capacitar os servidores em atendimento e linguagem de sinais. Vale ressaltar que 5% das bolsas de estágio são reservadas a estudantes com necessidades especiais.

Encontra-se em andamento o projeto STJ Ambiental, que trabalha com foco no desenvolvimento sustentável, por meio da conscientização das pessoas e de uma gestão ambientalmente responsável. O impacto ambiental causado pelo Tribunal foi reduzido em mais de 18%, com economia em energia, água e papel e, ainda, com o tratamento adequado dos resíduos sólidos e tóxicos.



Todas essas iniciativas, somadas àquelas voltadas para os estudantes e idosos - projetos Museu-Escola, Despertar Vocacional Jurídico e Sociedades para Todas as Idades, possibilitaram ao STJ beneficiar quase 7.000 pessoas com projetos de cidadania. Também foram promovidos 15 eventos culturais ao longo do ano, que contaram com cerca de 9.000 visitantes, contribuindo com a promoção e disseminação da cultura nacional.



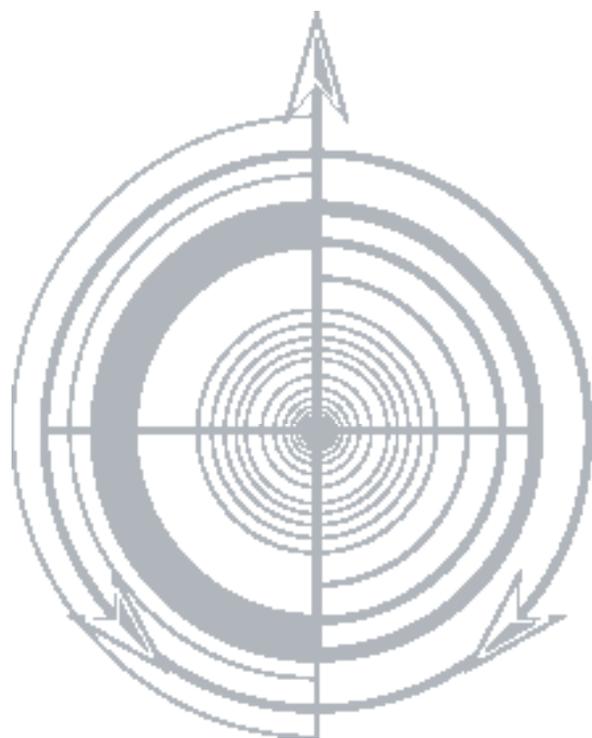
Relacionamento com o Cidadão

Ademais, o Tribunal está empenhado em aproximar a Justiça da sociedade e em melhorar os serviços prestados ao cidadão. Exemplo disso é a inauguração de um portal totalmente novo no mês de agosto, ferramenta que facilitou o acesso aos conteúdos e serviços oferecidos pela Corte na internet.

Houve a preocupação constante com a comunicação entre o Tribunal e os usuários. A TV do STJ firmou parceira com 19 emissoras em 12 Estados e no Distrito Federal, ampliando sua produção em 150%, enquanto que a Rádio STJ vem divulgando a sua programação para 151 emissoras em 9 Estados. Daí a maior transparência na disponibilização de informações e na divulgação dos trabalhos aqui realizados.

De outro lado, a Ouvidoria recebeu, durante o ano, mais de 11.000 manifestações, em grande parte relativas a pedidos de informes, geralmente respondidos em até 2 dias. As reclamações foram encaminhadas às unidades correspondentes para análise e providências.

Uma pesquisa de satisfação está disponível em caráter permanente, a fim de captar a opinião do cidadão no tocante aos serviços prestados, assim como identificar pontos e aspectos que permitam seu aperfeiçoamento. Com 374.000 respondentes, a pesquisa apresenta um grau de satisfação de quase 70%, a evidenciar que o STJ se acha no rumo certo para a prestação de uma justiça acessível, efetiva e rápida.

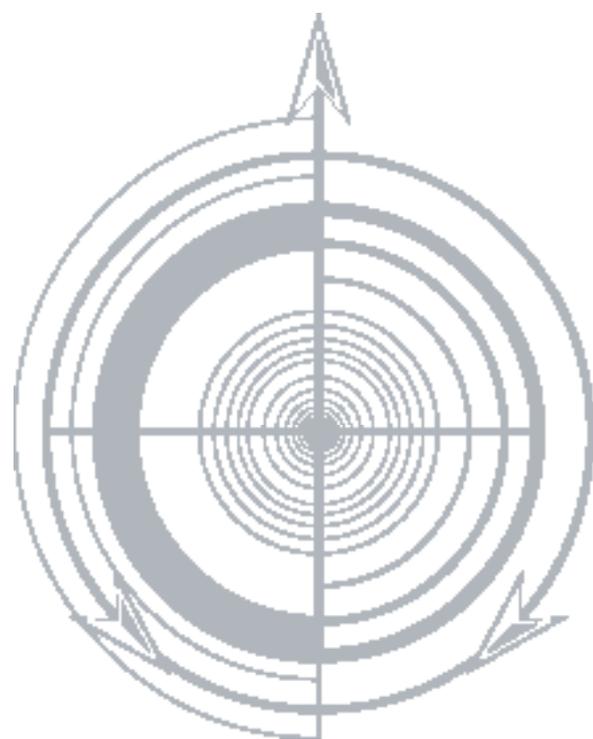




Relacionamento Institucional

Convicta da importância do debate jurídico e político para o fortalecimento institucional, para a convivência harmônica entre os Poderes e para o estreitamento dos laços com todos os segmentos sociais e com instituições judiciárias de outros países, a Presidência recebeu em audiência membros do Executivo, do Legislativo e do Judiciário – das esferas federal, estadual e municipal –, diplomatas, advogados, jornalistas, representantes de associações e dirigentes de órgãos estrangeiros. Ademais, foi recebida por autoridades nacionais, sempre no trato dos interesses do Tribunal e do Judiciário em geral e, conseqüentemente, dos jurisdicionados. A isso somam-se os freqüentes contatos por meio de correspondências oficiais e telefonemas, bem como a ampliação do Programa de Visitação, que trouxe ao Tribunal 2.207 visitantes: estudantes de Direito, pessoas de instituições diversas e participantes do Programa Estágio não Remunerado.

Com a mesma visão, participou a Presidência de congressos, seminários e reuniões, pessoalmente ou representada pelos Pares, ocasiões em que foram proferidas palestras sobre temas relevantes para a Nação, a saber: Direito Civil, Direito de Família, juizados especiais, propriedade intelectual, Justiça virtual, Mercosul, direitos humanos, Direito Público, Direito Privado e outros. Merece registro, também, a participação da Presidência em solenidades de posse de autoridades, em variadas cerimônias de entidades dos Poderes da República e em eventos internos.





Atividades Jurisdicionais do Superior Tribunal de Justiça

Anos: 2005 e 2006

Processos	Anos		
	2005	2006	Variação (%)
Processos Recebidos	221.023	277.251	25,44
Processos Autuados (1)	215.607	275.999	28,01
Processos Distribuídos e Registrados	211.128	251.020	18,89
Sessões Realizadas	427	403	-5,62
Processos Julgados em Sessão	73.624	62.519	-15,08
Processos Decididos Monocraticamente	197.804	199.824	1,02
Total de Processos Julgados (2)	271.428	262.343	-3,35
Acórdãos Publicados	73.479	65.947	-10,25
Decisões e Despachos Proferidos pelo Ministro Presidente	12.522	13.772	9,98
Despachos do Ministro Presidente Junto às Secretarias Judiciária e dos Órgãos Julgadores (3)	2.260	2.068	-8,50
Decisões Proferidas em Recursos Extraordinários	4.201	3.870	-7,88
Despachos Diversos Proferidos pelo Ministro Vice-Presidente	1.609	3.112	93,41
Processos com Vista ao MPF em 31/12/2005 e 31/12/2006	6.094	7.155	17,41
Média de Processos Distribuídos por Relator	7.211	9.128	26,58
Média de Processos Julgados por Relator	9.376	9.540	1,75

Fontes: Secretaria Judiciária; Coordenadorias: Corte Especial, Seções e Turmas; Gabinetes de Ministros.

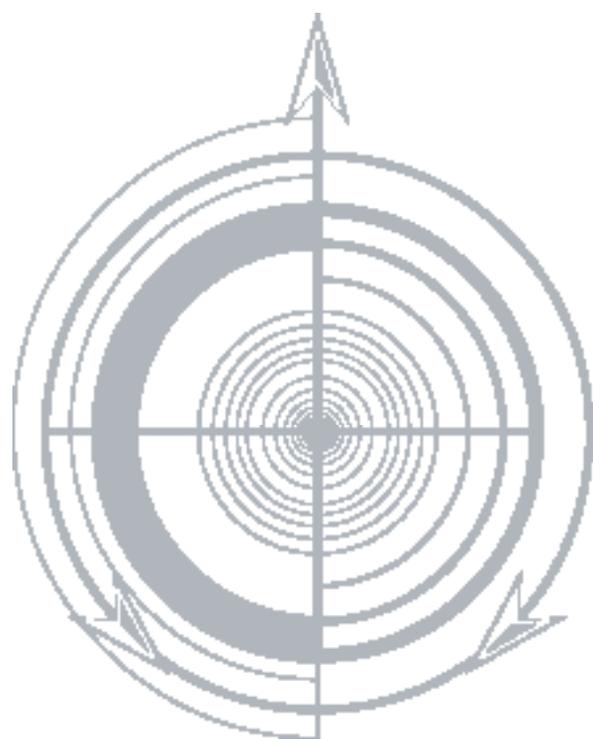
Notas: Foram redistribuídos e atribuídos, respectivamente, em 2005 e 2006, 10.070 e 38.874 processos (não computados nos distribuídos).

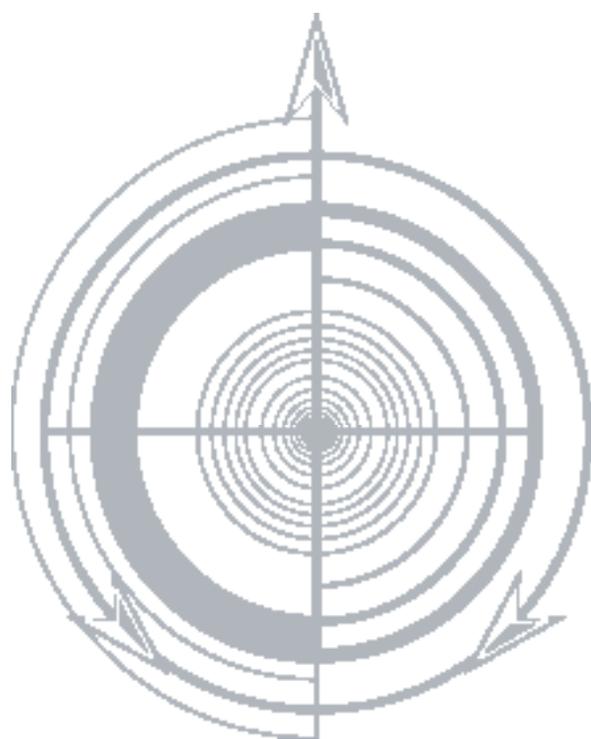
Nos dados de registrados não estão computados os AG/RE, AG/RHC, AG/RMS, Prc e Rpv.

(1) Estão computados: 2005 = 29.072 feitos (competência originária) e 186.535 (competência recursal).
2006 = 28.031 feitos (competência originária) e 247.968 (competência recursal).

(2) Estão incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração.

(3) Em 2005 estão computados os despachos somente junto à Secretaria Judiciária.





Coordenadoria de Planos de Gestão

Luiz Otávio Borges de Moura – COORDENADOR

Ana Cláudia de Almeida Abreu Faria

Joel Solon Farias de Azevedor

